Bancos japoneses aceitam incluir juros na rolagem

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Tokyo — O Brasil poderá até mesmo conseguir a inclusão do refinanciamento parcial dos juros numa futura renegociação com os credores, dependendo dos resultados do combate à inflação no próximo ano e da criação de "ambiente propício à retomada dos investimentos", de acordo com o diretor da área externa do Banco do Japão, Akira Kanno, para quem "a comunidade financeira japonesa já absorveu muito bem a idéia de que os países devedores devem voltar a expandir suas economias".

Falando na condição de responsável pelos negócios do banco central japonês com o exterior, Kanno deixa claro que os credores ainda não aceitaram totalmente a hipótese de um acordo duradouro com grandes credores, como o Brasil, que não tenha por trás o aval do Fundo Monetário Internacional. "O FMI tem que cumprir seu papel de observar os resultados efetivos destes refinanciamentos de dívida externa, inclusive porque há o temor de que parte dos recursos foram desviados para fora dos países".

FUGA DE CAPITAIS

Referindo-se à posição surgida durante a reunião do FMI/Banco Mundial em Seul, com relação à retomada do crescimento nas economias devedoras, o executivo do Banco do Japão admite que esta já era uma preocupação do governo e dos bancos privados de seu país. E no rastro desta pequena mudança de posição dos credores é possível que países como o Brasil consigam até mesmo refinar uma parte dos juros de suas dívidas externas, que até agora sempre ficaram fora das rolagens ocorridas desde a crise de 1982.

"Dentro deste princípio, de não sacrificar mais as economias devedoras, há interesse em refinar de alguma forma também os juros, e não só as amortizações do principal, mas o problema é saber até que ponto os bancos agüentarão rolar estes pagamentos" — declara o diretor do banco central japonês. "Os governos (dos países industrializados) recomendam a rolagem dos débitos, mas como os bancos privados é que concederam os em-

préstimos originais, cabe a eles dizer até que ponto podem suportar a inclusão dos pagamentos de juros no refinanciamento" — acrescenta.

As maiores dificuldades para se obter esse refinanciamento dos juros não dizem respeito à legislação dos países-sede dos bancos credores, embora existam entraves nesta área, mais nos Estados Unidos do que no Japão. "No caso japonês há um pouco mais de flexibilidade na sistemática para se considerar um crédito duvidoso por falta de recebimento dos juros, mas os bancos estão sujeitos aos limites de risco por tomador e à fiscalização de seus acionistas". O problema, na realidade, é a garantia que os devedores podem ou não dar quanto à situação futura dos pagamentos de juros que eventualmente forem rolados.

"De qualquer forma os bancos precisam receber anualmente pelo menos uma parte destes juros" — explica Kanno, ao analisar a hipótese do refinanciamento global das dívidas do Terceiro Mundo. Ele acha que para se chegar a isto os países devedores já contam com um aliado importante, no caso dos países democráticos, que é a opinião pública. Nos últimos tempos a opinião pública tomou conhecimento dos graves problemas sociais e políticos enfrentados pelos grandes devedores, com os sacrifícios a que submetem suas populações em nome dos programas de ajustamento, e atualmente há uma certa solidariedade especiaisHH neste sentido. Este clima poderia facilitar a adoção de "medidas especiais" que permitam aos bancos credores rolar também os juros devidos pelo Terceiro Mundo.

Oa países devedores não devem esperar muita coisa se não esclarecerem à comunidade internacional como tem sido aplicado o dinheiro tomado originalmente no exterior e, agora, o produto dos refinanciamentos dos débitos. "Uma preocupação que tenho encontrado frequentemente no Japão é quanto à fuga de capitais dos países devedores, o que pode dar a impressão de que os recursos não estão sendo aproveitados integralmente para financiar o desenvolvimento" — adverte Akira Kanno.